



RÁDIO ALTERNATIVA 100% MANDACARU: UMA EXPERIÊNCIA DE ALTERIDADE EM COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

GT8: Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania

Dérika Correia Virgulino de Medeiros¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo

Este artigo se debruça sobre a possibilidade de pensar a comunicação comunitária sob o aspecto mais amplo, e como um projeto de transformação da realidade social. Para tanto, partimos da perspectiva de que o alcance dessa proposta passa necessariamente pela problematização acerca das noções de comunidade que vem sendo reduzida à marca de uma idealização e que serve muito mais como um plano de controle dos indivíduos. Assim, a proposta é refletir sobre a necessidade de “abrir” as concepções de comunidade para a experiência dos indivíduos, e como esta noção pode contribuir para uma comunicação comunitária ampla e que tenha como centralidade as relações humanas. Foi utilizada como método de análise a realidade concreta do Bairro de Mandacaru, João Pessoa, Paraíba, a partir da observação da prática da comunicação comunitária da rádio Alternativa 100% Mandacaru, presente naquele bairro.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / ECO-Pós – UFRJ. derikav@gmail.com

Introdução

O grande avanço das tecnologias da informação associada às estruturas de poder e mercado, vem promovendo na atual realidade social um intenso processo de midiática denominada pelo pesquisador Muniz Sodré por *Bios* midiática ou virtual. São essas, novas formas de vida moldadas pela espetacularização da sociedade a partir do uso de estratégias sensíveis com o objetivo de não só afetar, mas construir novas formas de subjetivação e, sobretudo, apaziguar as tensões sociais e comunitárias.

Isto insere a contemporaneidade numa época em que o plano sensível vem ocupando o todo social exercendo com supremacia o poder de controle dos corpos e dos grupos sociais. A aliança entre mídia e as instituições de controle se estabelece na construção de um projeto de cultura que está alicerçada muito mais sob uma dimensão que podemos chamar de “emocional”, do que com base em uma racionalidade.

A grande mídia se especializa a cada dia na criação de um espectador dócil e ávido pelo consumo. A identificação que os indivíduos têm com o forte de fluxo de imagens que lhes são apresentados os aproxima de um contexto de consumo desenfreado à medida que os afasta de sua própria subjetividade. São por esses termos que o pesquisador Eugênio Bucci (2004) afirma que “o gestor do espetáculo é o subconsciente” (p.54).

O método sensível consiste assim em um projeto político mercadológico que corta transversalmente a realidade social atingindo diretamente as formas de relação e organização dos indivíduos. As estratégias são muitas e passam pelo âmbito do marketing e da propaganda política, mas também servem como recurso da grande mídia para atrair o telespectador apelando à sensibilização dos fatos sociais. De

modo geral, o que vem ocorrendo é a forte circulação de sensações e emoções solicitada pelo capitalismo para a produção do consumo.

No entanto, por outro lado, foi esse mesmo contexto profundamente midiaticado e imerso em uma realidade informacional e imagética que trouxe à tona a perspectiva sensível para o centro das questões sociais, como forma de compreensão e possibilidade de mudança dessa mesma realidade. Para Muniz (2006), “trata-se de reconhecer a potência emancipatória contida na ilusão, na emoção do riso e no sentimento da ironia, mas também na imaginação” (p.38).

A potência emancipatória contida no plano sensível inclui necessariamente a comunicação como aspecto fundamental no projeto de elevar aquele a um patamar para além das estratégias de poder, a partir do momento que esta comunicação também é afetada por uma dimensão sensível, podendo passar, assim, a ser entendida de forma menos mercadológica e mais ampla. Este último sentido designa uma comunicação mais humana que tem em sua centralidade e fundamento as relações entre os indivíduos, o que requer por sua vez, uma *vinculação comunitária*, no sentido de que pressupõe um processo que envolve jogo de acordos entre os indivíduos.

São por esses termos que a ideia de comunidade se apresenta como aspecto constituinte das noções de comunicação, ou antes, “a comunidade enquanto ideia originária da diferenciação e da aproximação, é a questão subsumida no conceito de comunicação” (SODRÉ, 2006, p. 93). O que dá margem a uma ideia de coletividade, de um voltar-se em direção ao *outro*.

Comunidade aqui, entretanto, não se refere a um mero estar junto, mas sim a uma vinculação, a um deixar-se vincular. Se a lógica comumente associada à ideia de comunidade se refere a um compartilhamento de uma substância em comum,

para a perspectiva da comunicação, nos termos levantados ao longo deste artigo, vale mais a concepção da partilha de uma *relação* da qual subsiste um eterno movimento de constituição e reconstituição da vida em comum, isto é, de um movimento de mudança tão presente nos processos que envolvem o campo comunicacional profundamente enraizado na sociedade.

A compreensão de uma comunidade destituída de uma substância vem sendo defendida por autores denominados comunitaristas, a respeito, por exemplo, do filósofo Jean-Luc Nancy. Para este, os indivíduos são sem essência, ou seja, não há uma substância que os preceda. E é em cima disso que criamos nossa existência. Isso significa dizer que como não há uma propriedade para compartilhar, os indivíduos dividem o que Nancy chama de “nada-em-comum”. É nesse sentido que comunidade não deve ser entendida como algo definido, encerrado, uma ideia ou uma propriedade, pois ela é antes um nada que, para existir, só em uma relação, em um “puro devir”.

Em suma, esta comunidade pensada por Nancy é uma comunidade para a abertura, entendida enquanto experiência de vida, sem predeterminação, sem nada que a defina e que a confine dentro de uma identidade, de uma ideia. É, portanto, uma comunidade que deve existir sem um propósito definido, como um evento.

A ideia de relação já podia ser encontrada nas pesquisas de Ciro Marcondes Filho (2010) nos estudos do campo comunicacional. Para o autor, a comunicação deve ser entendida como um acontecimento em que dois participam e extrai daí algo novo, que não existia em nenhum deles, que altera o estatuto de ambos fazendo surgir uma terceira coisa que não existia antes. É então que resulta o processo de relação, ou seja, na possibilidade de um “algo que vem”, de um novo, de algo que está predisposto a sempre mudar.

Para tanto consiste nessa perspectiva a proposta deste artigo, isto é, a compreensão de uma comunicação de base comunitária, que possui em sua centralidade o contexto de vida dos indivíduos, seus modos de ser, de organização e suas formas de relação com o outro. Assim sendo, pretendemos trazer o debate acerca da realidade concreta com seus modos enunciativos, ou seja, os processos comunicacionais que não só a atravessa, mas organiza suas maneiras de organização coletivas.

Por esses termos, foi na comunicação comunitária que encontramos uma maior possibilidade de exercitar essa nova forma de pensar a comunicação. A aproximação que aquela estabelece com as formas de organização social em um comum, e a centralidade que a relação entre os indivíduos têm em suas concepções e prática, o que revela, por sua vez, uma comunicação mais orgânica e menos tecnicista, parecem nos mostrar com maior clareza que os processos comunicacionais podem ter como horizonte a busca por um ideal democrático e de transformação da sociedade como um todo.

Entretanto, a própria noção de comunidade dentro dos conceitos da comunicação comunitária ainda se mostra bastante conflitante, e representa o aspecto mais “caro” para esta forma de comunicar. Ao longo dos anos, a pesquisa nesta área vem se utilizando de conceituações mais clássicas sobre comunidade, partindo da noção de um ambiente idealizado, onde não haveria a necessidade de construção de consensos. Uma comunidade idílica, homogênea, e que não corresponde ao atual contexto social de convergência tecnológica e da forte imersão social nessa arena virtualizada.

Com base nessa perspectiva grande parte das pesquisas em comunicação comunitária ainda não vem conseguindo ultrapassar a busca por uma

autenticidade do meio comunitário, ancorada em regras estanques de como devem ser esses veículos, deixando de lado as especificidades locais, com suas demandas e interesses comuns. Isso acaba por provocar pouca correspondência entre os meios e as realidades cada vez mais complexas e plurais, além de incorrer no risco de não servir como instrumento de luta para determinadas localidades.

Assim, pretendemos com esse artigo investigar a realidade concreta e o sentido comunitário que nela se exprime, e as formas de comunicar que nela se realiza, o que revela que o caminho teórico proposto para esta análise aproxima-se com a filosofia comunitarista, isto é, que toma a noção de comunidade sob a perspectiva de algo que se realiza na experiência dos indivíduos em um comum, e nas práticas do seu cotidiano. Apesar de almejar com esse percurso por em destaque a autonomia que a realidade tem sobre os conceitos, não é possível escapar de perceber o profundo diálogo e atravessamento entre ambos. Sendo assim, o percurso escolhido para esta investigação será realizado com base na intercessão entre essas duas dimensões.

Para tanto, é objeto de estudo a “comunidade” do Bairro de Mandacaru, João Pessoa, Paraíba, e o veículo de comunicação de maior notoriedade no bairro: a rádio poste Alternativa 100% Mandacaru. A escolha desta localidade se deu devido à importância histórica que o bairro tem para a capital paraibana, sobretudo por ser um dos mais antigos da cidade, mas, especialmente, pelas tensões e conflitos existentes entre a representação do bairro por parte da grande mídia e a ideia que os moradores fazem de si mesmos, além da necessidade de investigar o papel do meio comunitário na própria caracterização do bairro.

Mandacaru: um espinho no coração da cidade

O bairro de Mandacaru se espraia bem ao centro da cidade de João Pessoa, próximo ao setor comercial e das principais vias que compõem a malha urbana, sendo assim, uma área considerada pelos moradores como sendo “bem localizada” no contexto do município. No entanto, apesar da sua localização, Mandacaru comporta características de um bairro periférico por seu caráter profundamente marginalizado, e por estar presente nas estatísticas de segurança, e na grande mídia, como sendo um ambiente violento e, portanto, a ser evitado.

O fato de estar numa área com boa localização indica que Mandacaru está próximo de outros locais com condições socioeconômicas diferentes, como é o caso do bairro dos Estados que faz fronteira direta com aquele. A presença desse bairro, considerado nobre na realidade pessoense, faz de Mandacaru uma localidade repartida em termos estruturais e econômicos, isto é, nas proximidades com esse vizinho, é possível ver um Bairro mais próspero e dinâmico comercialmente. À medida que se afasta, isto é, que “se entra no Bairro”, como distinguem os próprios moradores, a primeira vista já se torna perceptível a diferença em termos de condições estruturais. As ruas não são asfaltadas, e as casas apresentam-se mais modestas.

Essa região mais baixa de Mandacaru subdivide-se em pequenas localidades denominadas de *comunidades*. A precariedade nas condições e vida dos moradores, que convivem diariamente com a quase inexistência de infraestrutura, é o que condiciona a caracterização em comunidades que já somam nove ao todo: Cinco Bocas, Baixada, Alto do Céu, Beira da Linha, Porto João Tota, Beira Molhada, Jardim Coqueiral, Jardim Esther e Jardim Mangueira.

Esta é a ambiência de onde partimos para tentar compreender as relações sociais estabelecidas em torno de algumas definições caras a contemporaneidade, a propósito da noção de comunidade. Partir da percepção das práticas humanas e de seu entendimento quanto à constituição de uma realidade comunitária, foi a escolha que fizemos para não perdermos de vista a profunda inserção que esta noção ainda tem no contexto de vida dos indivíduos, apesar de ser um conceito profundamente ambíguo e tomado por uma áurea sensível que, nas palavras da pesquisadora Raquel Paiva pode “estar querendo dizer coisa alguma ou simplesmente pretender definir o etéreo, um sentimento responsável por algo puro e aglutinador”².

A própria ideia de comunidade presente no imaginário dos moradores ainda é bastante contaminada pela noção que vem sendo constantemente divulgada pela grande mídia, na qual agrega sentidos que parecem divergirem, mas que juntos servem a um único propósito: o controle social dos indivíduos. À medida que é veiculada a representação de um lugar pobre e com altos índices de violência, essa mesma comunidade vem sendo tomada sob o aspecto de que são ambientes harmônicos, onde os indivíduos compartilham de uma vida pacífica.

A primeira concepção responde ao interesse de pôr os indivíduos que dividem uma mesma realidade em posições divergentes com o intuito de segrega-los e dispersá-los, enfraquecendo, portanto, as organizações coletivas por interesses comuns. Essa ideia é vendida por meio da concepção de que só entram para a criminalidade aqueles que escolheram o caminho mais “fácil”, e não o caminho árduo, mas honesto, do esforço próprio.

² Ver PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro, Mauad, 2003, pg. 65.

Com base na segunda noção se pretende afirmar que em um ambiente de paz não há a necessidade de conflitos, condição primordial para a geração da mudança social. Exaltando o aspecto sentimental do noticiário e apelando para o sentido pacífico dos grupos sociais, a grande mídia atrelada às instituições de poder, eliminam as contradições internas dos grupos, excluem a existência de classes sociais antagônicas, criando um quadro harmônico em que as “pessoas de paz” não devem rebelar-se, mas sim, conquistar as transformações esperadas por meio de muito esforço.

Não por outro motivo que as concepções de comunidade apropriadas pela mídia, que diz respeito ao aspecto mais clássico do termo, isto é, de essencialização, vem assumindo a posição antes ocupada pelas classes sociais. Isso significa dizer que parece não mais haver divisão de classes antagônicas, mas apenas a existência de comunidades com suas características harmônicas e consensuais.

A ideia de um ambiente essencializado ganha ancoragem na sociologia mais clássica, especialmente no pensamento de Ferdinand Tönnies para quem comunidade era um ambiente onde reinava a paz entre os indivíduos. Representava uma existência idealizada em que os aspectos fundamentais para a realização de uma vida em comunidade era a vontade comum e o reconhecimento do direito natural, ou seja, que se baseia no fundamento de igualdade entre os humanos, na língua e no estado de harmonia (PERUZZO, 2002).

No caso do bairro de Mandacaru a imagem que se sobressai na grande mídia, e até mesmo entre aqueles que não convivem com a realidade do bairro, e que se encontram profundamente contagiados por essa concepção é da violência. Essa preconceção sobre a localidade a oprime e tem força de afastar seus indivíduos de viverem a cidade e até mesmo de participarem democraticamente das decisões políticas. Entretanto, para quem vive no bairro de Mandacaru a realidade que eles

dividem entre si apresenta formas de ser bastante diferentes, contradizendo àquilo que se tem por um bairro violento. Na concepção da maioria dos moradores o que se destaca como sendo a principal característica do bairro de Mandacaru é justamente a forte vinculação entre os indivíduos, a solidariedade das pessoas, a amizade nas relações e a união em momentos decisivos em prol da coletividade.

Para Ivonete Machado, de 75 anos, moradora do bairro, o que melhor caracteriza Mandacaru é a boa relação entre os moradores:

“O melhor no bairro são as pessoas, que se relacionam muito bem, são amigas e muito unidas para tudo o que houver. E é isso o que me faz sentir mais falta de morar aqui, pois onde eu moro agora não tem isso. Não tem a convivência como tem aqui [sic]”.

À medida que o bairro de Mandacaru vem sendo reduzido à margem de uma determinada identidade, que o segrega e o diferencia de outras localidades do município, parece fortalecer a identificação dos moradores com outros aspectos diretamente opostos a esta identidade imposta, apesar de ser ainda considerável o número de residentes que se dizem “envergonhada” em morar no bairro de Mandacaru devido à imagem negativa atribuída a ele.

O que torna essa percepção importante para a nosso artigo é o fato de que os indivíduos vêm construindo uma forma de resistência a esta condição imposta com base no fortalecimento das relações. O que os moradores buscam é uma organicidade que se afasta de um processo de formação de uma identidade, e se aproxima, por outro lado, de uma *identificação* pelo Outro que se encontra sob a mesma condição de vida.

O filósofo Giorgio Agambem, citado por Tarizzo (2007), já defendia que a comunidade da identificação remete a uma existência que estaria associada uma vida que acontece, isto é, ligada à percepção de que está em constante mudança. O próprio uso do termo remete a um sentido de algo que se move, e que pode ser relacionado à experiência de vida dos indivíduos em um comum, e do novo que daí poderá surgir.

Agambem revela ainda a direta associação entre comunidade, entendida como identidade, e as estratégias de legitimação do poder do Estado. Parece ser mais fácil, em termos de controle social, manter o indivíduo distante de viver sua própria singularidade e fazê-los crer que pertencem a um conjunto de contornos imóveis, passíveis de serem manipulados.

Assim, identidade parece requerer uma espécie de substancialização de uma dada localidade sob a marca de uma concepção que homogeneíza, enquanto que, por outro lado, a ideia de uma identificação implica antes em uma alteridade, onde as relações livres e abertas entre os indivíduos são o que a define. Na realidade do bairro de Mandacaru é possível perceber que aqueles que o entendem sob a marca de uma determinada identidade e que, devido a isso, o rejeita como um lugar “bom para se viver” são os que mais se imunizam diante das formas agregadoras e organizativas da comunidade e da construção do que chamamos por vinculação comunitária.

Para ser motivada à ação, a comunidade precisa obedecer não a uma ideia, mas sim a sua própria lógica, ou seja, em como se estabelecem suas relações e formas de organização, e seus interesses e demandas. A reivindicação por uma identidade parece unir as pessoas por um ente externo a elas, uma propriedade que paira sobre ela, mas não a toca, e não na relação dos próprios indivíduos em suas singularidades. É nesse sentido que defendemos que a potência para a ação

política só pode existir em um ambiente sem essência, sem substância. E vale ressaltar ainda que quando nos referimos a uma singularidade, não queremos defender uma espécie de individualismo, mas sim uma totalidade de possibilidades que das suas relações podem surgir.

Comunidade como identidade, portanto, representa o contrário da ação, pois indica um destino acabado, encerrado em si mesmo, o que leva, por sua vez, à imanência e a sua “morte”. Isso revela que não há possibilidade, dentro desse contexto, de exercer o ato criativo e a ação política dentro de uma realidade imóvel, enrijecida.

Além disso, quando a própria comunidade é arrebatada por uma ideia de identidade, a relação com o outro, ou seja, com o que é diferente dele costuma ser de hostilidade, e sob esse mesmo aspecto a visão do outro pode recair sobre aquele. É o que parece ocorrer na relação com o bairro mais próximo, o bairro dos Estados. As tensões existentes entre ambos se estabelecem costumeiramente na ordem de um plano identitário. E esta perspectiva parece provocar muito mais um afastamento e diferenciação deste outro, do que um processo que envolva inclusão e aproximação.

Com base, sobretudo, em diferenças de classes, os bairros foram sendo inseridos numa ideia de identidade que parece restringir suas relações. Em muitos momentos da análise ficou perceptível o desejo de manter certo distanciamento entre as localidades. Ou seja, “É cada um na sua”, como diz seu Luís, de 60 anos, morador do bairro de Mandacaru há 20, sobre como se dá a relação entre as duas localidades.

Esse aspecto colabora ainda com a visão do outro como um grupo minoritário, mesmo que esse esteja dividindo uma mesma realidade. É o que acontece nas

relações com os moradores das áreas consideradas mais violentas de Mandacaru, em que muitos residentes procuram o distanciamento daquela como se lá não existissem singularidades e pluralidade.

“A violência está concentrada mais pra lá pra baixo e não chega até a gente não, que fica nessa parte aqui de cima. Então o bairro é violento para quem é violento. Para um pequeno grupo de pessoas que se metem com esse tipo de coisa, não é todo mundo não, mas esse povo de lá [sic]”.³

Rádio Alternativa 100% Mandacaru

O reflexo desses conflitos e tensões se faz presente nos modos enunciativos da realidade de Mandacaru. Os veículos comunitários existentes representam um dos principais fatores de organização da comunidade, interligando os moradores em um comum, e na construção e fortalecimento das relações entre aqueles.

A rádio comunitária Alternativa 100% Mandacaru funciona com base no sistema de transmissão a cabo presente nos postes de eletricidade da via pública, e é popularmente denominada por Rádio Poste. O veículo existe há mais de oito anos, e divide o espaço do bairro com mais duas outras rádios poste de cunho comunitário, a E.C. Som Mandacaru e a Rádio evangélica do Irmão Lucas. No entanto, apesar de estarem no mesmo bairro, inexistente qualquer interligação entre elas, no sentido de um trabalho em conjunto pelo interesse coletivo. A falta de contato entre as três rádios se deve, sobretudo, pela localização que cada uma tem dentro do bairro. As divisões de desníveis de Mandacaru faz com que este seja considerado com base nessas divisões, isto é, à medida que se “desce” no

³ Fala de Severino, 39 anos, que vive no bairro desde que nasceu, referindo-se as localidades do bairro denominadas de comunidades, áreas mais pobres de Mandacaru.

bairro, mais baixa é também a condição de vida dos moradores. E as rádios que se encontram cada uma em um nível, adotam em suas produções o caráter simbólico-estrutural dessas localidades.

Por se localizar na parte intermediária do bairro, a rádio Alternativa 100% Mandacaru, reflete uma realidade mais estratificada em termos socioeconômicos e nesse sentido pode-se afirmar que também mais plural. A representatividade e participação dos indivíduos se dão em um estágio mais avançado, sobretudo pela forte ligação que a rádio possui com o conselho deliberativo e organizativo dos moradores, a Associação de Moradores do Bairro de Mandacaru. O veículo funciona como instrumento de contato entre os moradores e como extensão do trabalho da Associação que exerce, por sua vez, a atividade de intermediação entre a comunidade e o poder público. Apesar de ser ligada a Associação, quem gerencia a rádio é apenas uma única pessoa: o comunicador Paulo Sérgio, que se divide entre o trabalho da rádio e o de guarda civil.

Apesar de existir uma programação já estabelecida com programas que vão da divulgação de músicas até a leitura crítica do noticiário local, especialmente quando esta se refere à realidade do bairro, o ponto alto do conteúdo da rádio e o que representa uma das principais condições para a designação do veículo como sendo de caráter comunitário, sobretudo, pelos próprios moradores, é a participação da população, apesar de indireta, na programação da rádio. Isso significa que é esta a prioridade do conteúdo programático da rádio, podendo assim ser toda modificada em função da participação.

A participação representa o principal pilar do horizonte que se busca para a comunicação comunitária. No entanto, é importante destacar que na realidade brasileira em que, como afirma a pesquisadora Cecília Peruzzo (1995) citada por Nunes (2007), não há tradição participativa nos processos decisórios da

sociedade, “aliados à questão da reprodução de valores autoritários, carência de consciência política” (p. 97), ainda é difícil a realização de uma participação plena, isto é, o envolvimento dos indivíduos em todas as etapas do processo de produção de um veículo. Entretanto, mesmo a participação indireta, no caso da rádio Alternativa 100% Mandacaru, vem colaborando com a aproximação dos indivíduos com seu lugar social-histórico, e os motivando à luta por interesses coletivos.

Participar é fundamental para a democratização dos meios de comunicação, mas também, e especialmente, como um processo educativo, pois ele capacita os indivíduos para o exercício da cidadania. Para Peruzzo (2007),

as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática (p.22).

Para tanto, apesar de não ser uma ampla participação, as formas de interação que a rádio vem construindo promove aquilo que consideramos como sendo primordial para o veículo comunitário: a vinculação entre os indivíduos e com as causas que dizem respeito à sua própria condição de vida. Ela tem um forte papel na organização dos moradores para a motivação política. E essa condição parece se constitui, no caso do veículo em questão, muito mais pela *forma* como o meio estabelece o contato entre e com os indivíduos, do que necessariamente pelo conteúdo produzido.

E por forma nós entendemos o modo como o meio se dirige aos moradores, isto é, as estratégias que podemos chamar de estéticas, que envolvem, por exemplo, o uso de linguagens; de determinados termos; ou ainda de símbolos e outros elementos como a música para atrair os indivíduos para uma maior aproximação com o veículo e com uma possibilidade de inserção em um projeto político. A empatia entre o público e a rádio tende a ser conquistada quando o discurso vem ligado à estética.

E aqui estamos considerando por estética as estratégias sensíveis que afetam diretamente o plano emocional dos indivíduos e que ultrapassam a dimensão do discurso. A forma pode inclusive ultrapassar as barreiras dos discursos por ele mesmo, muitas vezes, marcado por uma ideologia. Como defende Deleuze (2008), as ideologias podem se tornar sistemas fechados quando sua determinação aprisionada a compreensão da realidade com suas singularidades.

Assim, a importância da forma como uma perspectiva política ultrapassa os modos enunciativos. Isso significa que aquela diz respeito muito mais a abertura de possibilidades de contato e interação entre os indivíduos do que às formas do discurso. É antes a construção de uma aproximação entre os indivíduos que permite a afetação pela condição do outro, que se encontra em situação semelhante a sua. A partir disso, a rádio pode criar uma relação mais intensa com e entre os indivíduos ao colocá-lo em um comum. É o que vem ocorrendo com a emissora Alternativa 100% Mandacaru. Mesmo não tendo como maior preocupação a participação mais ativa da população na produção e gerência da rádio nem uma programação que melhor represente esses indivíduos, aquela vem contribuindo para a construção de uma vida baseada muito mais na relação do que numa representação.

A perspectiva da forma está em direta sintonia com a noção de *limite* proposto por Agambem para quem limite é a forma da coisa, porém aquela não pertenceria à coisa em si, mas sim a coisa é que pertenceria ao limite, ou seja, é o limite que vai defini-la *tal qual é* (TARIZZO, 2007, p. 55). Isso significa que é o limite que identifica a coisa em sua pura existência. O caminho dessa reflexão nos leva a pensar que o limite seria, portanto, “o não ter lugar na coisa, mas na sua periferia, no espaço entre a coisa e ela mesma”⁴.

É mais uma forma vazia que pode ser a “essência dela mesma” do que um ambiente “cheio” de uma substância que a defina dentro de uma representação. Pode ser entendida ainda como o contato entre um limite e outro dos indivíduos singulares, vivendo em relação, em um *comum*, conforme a perspectiva comunitarista de que os indivíduos seriam sem essência.

São por esses termos que podemos inferir comunidade como sendo este limite, isto é, um “nada-em-comum”. Esta noção impõe ainda uma característica mais dinâmica para as concepções da comunidade, pois retira a noção de que comunidade seria um ambiente enrijecido por uma substância que a preenche em seu todo, dando lugar ao “ter-lugar” da existência, ou seja, ao acontecer imprevisto da relação. E não há como pensar na ação política, tão própria dos meios comunitários, sem ser em um ambiente que possibilite o ato criativo, que permita o novo.

Como afirma Tarizzo (2007), admitir a comunidade como sendo o limite, é compreendê-la como irrepresentável, isto é, sem uma identidade. Essa percepção de comunidade deve estar contida na concepção sobre a comunicação

⁴ AGAMBEM, G. A comunidade que vem. Lisboa: 1993, p. 45.

comunitária – principalmente por ela ser um dos mais importantes instrumentos organizadores dos modos de ser das comunidades – com o objetivo de torná-la mais flexível quanto as especificidades das localidades onde ela se desenvolve, e possa ampliar, dessa forma seu escopo de atuação ao permitir o contato com esses outro.

Dentro dessa perspectiva outros elementos provenientes de uma concepção mais clássica sobre comunidade e que ainda norteiam as definições, e até seu entendimento na prática, da comunicação comunitária tornam-se problemáticos, especialmente frente a uma realidade em profunda transformação. São elas as noções de *identidade*, *pertencimento*, *vínculo* e *restrição de público*.

As noções sobre identidade, como já viemos discutindo ao longo deste artigo, nos remete ao olhar de uma propriedade que confina os indivíduos que não podem viver uma existência cosmopolita que, como afirma Bauman (2003) se resguarda de todas as condições de “trocar” de identidade quando lhes convier, a viver sob a marca de um determinado sentido da qual eles normalmente se ressentem. A identidade fecha a comunidade para o diverso, para outro, para a mudança, por isso que por esses termos, ela estaria fadada à sua própria morte.

Portanto, no quesito identidade o que queremos propor é exatamente um distanciamento dele, isto é, partimos do pressuposto de que para a construção de um comum, com base na abertura para a relação, só em um ambiente reconhecido em sua singularidade. O que significa dizer que os moradores de Mandacaru desejam antes afastar-se dessa perspectiva identitária, perder uma identidade.

“Há muito exagero quando se fala na violência em Mandacaru. Até tem jornalista que fica zombando e fica

dizendo que não é mais Mandacaru, mas sim Mata-Mandacaru, e fica tripudiando. E Mandacaru tem muitas coisas boas. [...] Mas a mídia só mostra a violência porque é o que dá ibope. Coisas boas não mostram. Só vem a imprensa pra cá quando é coisa negativa. E eu não assisto nenhum, porque eu não concordo com isso não. E a gente mostra o outro lado do bairro, que todos nós vivemos aqui, e que é outra coisa [sic]⁵.

E é justamente em referência a esta designação de comunidade que também consideramos a noção de pertencimento problemática para o entendimento de uma comunicação comunitária mais próxima do que seria um conceito atualizado. Para Peruzzo (2003) algumas características de comunidade quem têm perdurado ao longo dos anos são: o sentimento de pertença; participação; interação, objetivos comuns; interesses coletivos acima dos individuais; identidades; cooperação; confiança, cultura em comum etc. (p.6).

Apesar de admitir que as mudanças ocorridas nos conceitos de comunidade são cruciais para o entendimento de uma comunicação comunitária mais adequada à nossa atual realidade, a respeito, por exemplo, das noções de territorialidade, Peruzzo defende o resgate de alguns pressupostos mais clássicos acerca de comunidade para se pensar esta forma de comunicar que estão ainda muito ligados a possibilidade de fortalecimento de uma ideia de identidade, do que com a possibilidade de rompimento daquela, como estamos sustentando ao longo deste texto.

⁵ Reclama Paulo Sérgio, gerente da rádio Alternativa 100% Mandacaru.

A ideia de pertencimento está diretamente associada à perspectiva de identidade no sentido de que ela pressupõe, em certa medida, certa substancialidade e representação, ou seja, a condição de que pertencimento requer algo a que pertencer. Tal concepção afasta-se, assim, da proposta que defendemos de uma comunidade inessencial e, sobretudo, irrepresentável.

Antes de construir sentimentos de pertencimento, consideramos que a comunicação seja antes capaz de por os indivíduos em uma condição de *coexistência*, o que implicaria em uma comunicação pensada com base na abertura para a relação entre os indivíduos em suas singularidades, postos sobre uma nada. A ideia de coexistir significa a possibilidade de os indivíduos compartilharem de uma mesma realidade, se reunir pelo mesmo limite, mas não se diluírem nele. Como afirma o filósofo Jean-Luc Nancy citado por Tarizzo (2007) a coexistência pressupõe não um *ser-comum*, mas o *ser-em-comum*.

Seguindo por essa mesma linha de raciocínio, cabe aqui um olhar mais reflexivo também sobre a noção de vínculo. Consideramos este quesito de difícil compreensão no sentido de que ele parece ser uma condição intrínseca nas relações humanas, e envolve aspectos afetivos difíceis de serem medidos e enquadrados. Portanto, para dentro das concepções de uma comunicação mais aberta às demandas e especificidades sociais, a ideia de vínculo parece ganhar muito mais sentido quando compreendida como *vinculação*. Esta nos remete muito mais a uma perspectiva de movimento, de um dever ser das relações, do que a noção de vínculo que parece menos móvel, pois a própria palavra já traz em si o sentido de corrente, de algo faz permanecer.

No caso da rádio Alternativa 100% Mandacaru a noção de abertura nas relações comunitárias, parece fazer muito sentido quando uma de suas principais metas é buscar não submeter a localidade dentro de um único sentido, presa a um

discurso de identidade. A rádio vem colaborando, portanto, para a construção de uma ideia de comunidade que se entenda para além de suas próprias fronteiras, o que pressupõe, por sua vez, uma comunicação que não se pretende restrita, isto é, presa em suas próprias fronteiras.

Pensar comunicação comunitária com base em um sentido de comunidade destituída de uma ideia de identidade, sem uma predefinição, sem um conteúdo que a enrijeça, parece ampliar o escopo de atuação daquela em direção a um diverso. Extrapola os limites de uma fronteira determinada por uma substância. São por esses termos que podemos afirmar que comunidade deve servir à comunicação comunitária não para limitá-la como vem sendo entendida ao longo dos anos, e em grande parte dos estudos da área, mas antes, como o contrário.

O que a rádio Alternativa 100% Mandacaru, apesar de não entrar em contato até mesmo com as rádios que dividem a mesma realidade que ela, é ampliar a visibilidade da produção do veículo, pô-la em diálogo com outras realidades para serem ouvidos e reconhecidos em suas necessidades. A rádio busca maior ampliação de um projeto comunitário pela interação que estabelece com os indivíduos e o incentivo a um processo vinculativo a partir da negação de uma identidade. Afinal, “comunidade não são apenas assuntos locais”⁶. Além disso, a presença da rádio no ambiente do ciberespaço, isto é, nas redes sociais, se justifica com base nessa mesma lógica.

A entrada da comunicação comunitária no ciberespaço lança suas possibilidades em direção a um projeto de atuação política mais ampla, no sentido de permitir exatamente isso que estamos sustentando: o contato, a troca de conhecimento e a formação de alianças entre localidades distintas, favorecendo, dessa forma,

⁶ EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo, 2011.

possibilidades mais amplas de organização e atuação política. Isso tem a força de capacitar a comunicação comunitária para a construção de um ambiente de mudança social mais amplo e radical.

De modo geral, o que parece pretender esta rádio é o reconhecimento dos indivíduos enquanto indivíduos, ou seja, em suas diferenças e semelhanças. De serem reconhecidos enquanto tais, e também em suas necessidades. O que se busca, então, é um caminho que os leve ao encontro de uma *humanidade*.

Apontamentos finais

O caminho percorrido por este artigo revelou a importância para a comunicação comunitária da análise da realidade concreta, com o intuito de desmistificar a perspectiva de autenticidade e enquadramento daquela, que vem restringindo sua atuação, e entende-la mais sob o aspecto das demandas e especificidades locais.

E pensar em um ideal de comunicação comunitária é abafar a existência plural e conflitiva de cada contexto. É pensar que esta comunicação se realizaria em uma ideia de comunidade homogênea, sem contradições e com pouca sintonia com a realidade contemporânea. Assim, percebeu-se que é com base em uma noção de comunidade mais aberta as experiências cotidianas dos indivíduos, sem o estigma da substancialização, que contribui para a concepção e prática de uma comunicação comunitária destituída de regras estanques e de um ideal que parece difícil de ser alcançado.

Conceber comunidade livre de uma idealização, de qualquer definição que a qualifique e a imponha um destino acabado, encerrado em si mesmo, é oferece a chance para que a comunicação comunitária seja pensada para além de suas



próprias fronteiras e seja de se inserir em um projeto mais amplo de transformação social.

Entretanto, cabe aqui neste momento do trabalho enfatizar que nós não pretendemos encerrar o debate nem rechaçar anos de pesquisa na área da comunicação comunitária. Porém, as rápidas transformações sociais fortemente guiadas pelo aceleração das inovações tecnológicas e grande inserção na realidade dos indivíduos, nos fez perceber a necessidade de problematizar em que sentido as noções basilares da comunicação comunitária – a respeito das ideias de comunidade e identidade – são pertinentes a esta comunicação e seu alcance na construção de uma nova perspectiva comunicacional e social.

Considerando ainda que partimos de uma realidade concreta, não foi nossa intenção criar modelos de compreensão da comunicação, mas antes o contrário: mostrar que muitas regras prontas do que seria esta forma de comunicar, não se encaixavam na atual realidade, e que para a pesquisa neste campo, cabe, necessariamente, o estudo das formas de ser e organizações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agambem, G. (1993). *A comunidade que vem*. Lisboa: Presença.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bucci, E., & Kehl, M. R. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo.
- Deleuze, G. (2008). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Eagleton, T. (2011). *A ideia de Cultura*. São Paulo: Editora Unesp.
- Marcondes Filho, C. (1987). *Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Nunes, M. V. (2007). Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In PAIVA, R. (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Paiva, R. (2003). *O espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro. Mauad.
- Peruzzo, C. M. K. (2002). *Comunidades em tempo de redes*. In Peruzzo, C.M.K., Cogo, D., Kaplún, G. (org.) *Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?* São Paulo. Acesso em: março em 2010. Disponível em: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf.

Peruzzo, C. M. K. (2003). *Mídia Local e suas interfaces com a mídia comunitária*.

[Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2003] Belo Horizonte.

Peruzzo, C. M. K. (2007). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In. LUMINA, 1 (1) Juiz de Fora.

Sodré, M. (2006). *As estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes.

Tarizzo, D. (2007). Filósofos em comunidade. Nancy, Esposito, Agamben. In: Paiva, R. (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X.